

EDUCAÇÃO, TRABALHO, DEMOCRATIZAÇÃO

Valdirene Gomes dos Santos de Jesus

INTRODUÇÃO

Na perspectiva de fazer uma análise sobre o que é a educação, a partir dos estudos realizados durante as aulas da disciplina Tópicos da Educação Contemporânea, num levantamento bibliográfico sobre o tema e nas discussões realizada em torno do tema.

Nesse intuito procurou-se abordar o que alguns teóricos definem por educação e o que imaginam ser os principais desafios para o sistema educacional no próximo milênio. Utilizando-se da análise de frases de efeito para através dessas compreender o sistema educacional e seu vislumbre para o novo século.

Diante desse panorama de incertezas apresentadas quanto ao futuro do sistema educacional enquanto instituição pública, gratuita, laica e democrática. É importante a realização de reflexões teóricas/empíricas que possam dar condições para elaboração, por grupos de estudantes, de um referencial teórico sobre o que é educação. Com esse objetivo foi elaborada essa pequena contribuição teórica.

O QUE É EDUCAÇÃO

“Educação ação ou efeito de educar(se). Desenvolvimento integral e harmônico de todas as faculdades humanas”¹.

“Educação um instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade”².

“Educação um instrumento de discriminação social, logo, um fator de marginalização”³.

A educação para muitos é considerada como um instrumento de promoção da igualdade intelectual e conseqüentemente social, por ter o objetivo de promover a igualdade de direitos dos sujeitos de uma sociedade e para efetivá-lo a escola pública, gratuita e laica é o principal instrumento de efetivação.

Apesar da afirmação acima o surgimento da escola no século XVIII, nasce como uma instituição fundamental para consolidação da hegemonia burguesa em relação à sociedade feudal. Trata-se de uma instituição que busca a partir de uma cultura particular da burguesia disseminar e reproduzir valores, hábitos, atitudes e conhecimento definidos como “universais” por grupos historicamente dominantes.

Somente a partir da Revolução Francesa é que surgiu a escola laica, pública, gratuita e universal. Apesar da efetivação da universalização da escola, no século XIX e XX ela apresenta uma dualidade no ensino, enquanto de um lado a literatura é farta, ampla e abundante para estruturação de uma escola voltada para a formação de uma elite dirigente de caráter geral, clássico e científico, por outro lado há uma escola restrita, profissionalizante, voltada especificamente na formação do trabalho industrial e produtivo. Se transpormos essa realidade ao Brasil ela ainda apresenta-se com mais agravantes, pois além da dualidade do ensino já mencionado, até quase final do século XX não conseguiu-se universalizar a escola elementar, ainda paralelamente estruturaram-se uma série de sistemas de formação e qualificação profissional vagos, supletivos e parabólicos.

É a partir dos anos 50 que surge uma nova categoria que vai delinear os rumos que o sistema educacional vai trilhar em todo o terceiro mundo. A teoria do capital humano uma categoria econômica passa a ditar as regras para os planos educacionais, as diretrizes e estratégias educacionais que dará ênfase ao estoque de conhecimento, de habilidades, atitudes, valores e níveis de saúde que irão potencializar a força de trabalho. Nesse momento a escola irá fundamentar o ensino e o seu currículo no mundo do trabalho e da produção no intuito de responder as perguntas tecnocratas, econômicas do mundo do trabalho e do processo produtivo, passa a se preocupar exclusivamente com o que e o quanto de habilidades, conhecimentos e valores, atitudes que são funcionais a produção.

A outro fator que vai interferir diretamente no processo educacional, é um novo fenômeno que mundializa o conhecimento, o capital, a riqueza que é a globalização. Segundo Gaudêncio Frigotto, (4), esse fenômeno irá caracterizar a sociedade em sociedade dos três terços:

“Um terço integrado ao trabalho e ao consumo, um terço precarizado no trabalho e no consumo e um terço excluído”⁶.

Esse fato fica claro com apresentação de dados da OIT, segundo esses existe aproximadamente 800 milhões de desempregados e 75 milhões de crianças entre 10 a 14 anos em trabalhos desumanizadores. No Brasil a crise é crucial, se nos países europeus como França, Alemanha e outros a escolaridade básica está entre 10 a 16 anos, no Brasil a

discussão era de ampliar a obrigatoriedade há 8 anos e que foi aprovado pela Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei Nº 9.394, de 1996, no Título, artigo 4º, inciso I, no inciso II deste mesmo artigo registra a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio, o que daria um total de 11 anos de ensino básico obrigatório e gratuito. Mas o que preocupa é que o ideário neoliberal, ao contrário do liberalismo clássico, busca naturalizar tanto a exclusão social, intelectual e produtiva como uma forma de controle do mercado, instaurando o senso comum que Luiz Fernando Veríssimo apud Gaudêncio Frigotto (1997) caracteriza de exclusão sem culpa.

Alguns fatores foram determinantes para a falência da educação no Brasil, uma delas foram as reformas estruturais realizada em toda a Europa nos anos 60 onde implementaram-se políticas precedidas de reformas estruturais, reforma agrária e urbana, impostos progressivos sobre grandes fortunas e rendas e políticas de distribuição de renda, o que proporcionou uma sociedade culturalmente, socialmente e economicamente fortes e equilibradas. O Brasil foi incapaz de fazer reformas estruturais, reforma agrária, políticas de distribuição de renda e até mesmo foi incapaz de organizar o estado de bem-estar social, fazendo um estado de mal estar social. Desmantelando o incipiente sistema público de responsabilidade do estado em bombo de negócios através de cursos supletivos, vagos, noturnos, ensino a distância e por parabólica, possibilitando 20 mil analfabetos absolutos e cerca de 100 milhões de analfabetos funcionais incapacitados de concorrer no mercado de trabalho e da produção.

A ESCOLA NO MUNDO DO TRABALHO

“domínio dos fundamentos científico-intelectuais subjacentes às diferentes técnicas que caracterizam o processo produtivo moderno, associado ao desempenho de um ramo profissional específico; compreensão de um fenômeno em processo no que se refere tanto à lógica funcional das máquinas como à organização produtiva como um todo; responsabilidade, lealdade, criatividade, sensualismo; disposição do trabalhador para colocar seu potencial cognitivo e comportamental a serviço da produtividade da empresa” (Resende Pinto, 1992:3 apud Gaudêncio Frigotto, 1997).

O salto tecnológico por que passou o processo produtivo neste século da automação, robótica até a microeletrônica invadindo o universo fabril modifica a noção de funcionamento da produtividade, necessitando de uma formação não mais específica que possa apenas qualificar esse trabalhador no intuito de exercer determinada função dentro do

processo de produção, mas uma formação que o qualifique para gerir a variabilidade e reduzir a vulnerabilidade do processo de produção a fim de manter seu fluxo de tempo e a qualidade final do produto. Para desempenhar tais funções, o operário necessita de uma escolaridade básica, capacidade de adaptação a situações, compreensão do conjunto global do processo produtivo, capacidade de abstração e seleção, percepção e interpretação de informações diversas.

Esse novo operário necessitará de uma qualificação que possa dar condições de exercer funções dentro desse novo modelo de produção que Lucília em sua obra Trabalho e Educação (1994), caracteriza de polivalente e politécnico. O primeiro não apresenta grandes modificações no processo educacional, o trabalhador necessitará de uma escolaridade básica e um conhecimento empírico do processo produtivo, não há necessidade de um conhecimento científico. O segundo caracteriza-se pelo domínio da técnica e intelectualização do trabalho flexível, supõe a superação do pensamento mais abstrato, capaz de atuar criticamente em atividades de caráter criador e de buscar com autonomia os conhecimentos necessários exigindo uma reestruturação do ensino básico e uma formação profissionalizante superior.

Esta “nova” escola tem que estar dentro dos padrões exigidos pela sociedade, que é uma sociedade voltada aos interesse do mercado, tendo esse como medidor primeiro das relações sociais.

O mercado é o objetivo final de qualquer relação e por isso todas as relações tem que ter como objetivo o consumo, a venda, a produção do lucro. A escola também vai seguir essa linha a partir do momento que ela está dando as informações, essas enquanto mercadoria, ao indivíduo para que ele possa com o acumulo dessas vende-las no mercado de trabalho. No mercado de trabalho o indivíduo não será apenas consumidor de produtos, mas também um vendedor de mercadorias: *“informações acumuladas durante os anos de sua escolarização. Entrega esta informação travestida de capacitação profissional ao seu comprador, o patrão. A escola neoliberal tem o mercado como o sujeito pedagógico⁶.*

Se transportarmos a situação da educação a realidade da educação rural que é o meu objeto de estudo, as disparidades ficam ainda mais perceptíveis. Por não ser um mercado formal com garantias de vagas e na maioria das vezes registros. O trabalhador rural além de não possuir nenhuma garantia quanto a disponibilidade do mercado de trabalho, não possui leis trabalhistas específicas a sua realidade e a sua forma de emprego que é bastante variada. Além disso a mecanização do campo no intuito de diminuir o tempo e o custo da produção ter diminuído drasticamente o número de vagas e exige uma formação com um nível de qualificação que possa dar ao trabalhador a formação necessária para gerir a variabilidade e reduzir a vulnerabilidade na produção.

Como conseguir adequar-se a essa nova exigência do mercado parece ser bastante complexo, pois segundo Caio Prado Júnior em sua obra *Questão Agrária* (1981), o maior problema enfrentado pela educação rural é a transposição da escola urbana defasada para a zona rural, desconsiderando a especificidade do campo desde suas condições de trabalho, seu processo de produção e de colheita da safra como também sua especificidade lingüística e cultural.

Outros fatores também influenciam no desenvolvimento de uma educação voltada para os interesses da comunidade rural, entre eles destacam-se o número de professores leigos que atualmente trabalham com educação e os que fazem a qualificação nos magistérios de férias que normalmente são realizados fora das comunidades em municípios nem sempre próximos por professores que muitas vezes não conhecem a realidade do campo e que nem sempre realiza um acompanhamento do desempenho dos alunos em sala de aula na zona rural. Além disso existe hoje um grande número de professores da cidade que vão lecionar na zona rural sem fazerem nenhum tipo de atividade no intuito de conhecer a comunidade.

Todos esses fatores iram interferir diretamente na formação dos trabalhadores do campo principalmente por esses já sofrerem discriminação pelo fato de residirem no campo e na maioria das vezes serem considerados como matutos e não ter voz para analisar a situação a qual estão inseridos e poderem buscar uma formação que possa dar-

lhes condições de falar e de serem ouvidos, mas na maioria das vezes só ensinam a ouvir e armazenar informações.

OS DESAFIOS PARA COM A EDUCAÇÃO

“A educação em comunhão é fator primordial, pois “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão” Paulo Freire”.

Perguntas parecem permear o tema educação: que política educacional é possível estruturar ? que ambiente de aprendizagem estamos organizando para entrar no novo milênio? irá perdurar uma educação voltada exclusivamente para atender a necessidade do mercado neoliberal ou conseguirá romper as amarras para uma educação pública, gratuita e de qualidade, onde todos possam ter as mesmas oportunidades de acesso as informações necessárias ao seu desenvolvimento econômico, político, social e intelectual.

Caso o mercado não seja o seu objetivo, podemos pensar em qualidade voltada para a formação intelectual, social do educando e num processo de educar-educando dar as condições científicas – teóricas – que esse indivíduo necessita para exercer os seus direitos civis e sociais.

Se o objetivo for a melhoria de vida da população para poder implementar uma educação gratuita e de qualidade será necessário um processo profundo veloz de diminuição das desigualdades sociais e a constituição de uma sistema educacional público que garanta, em condições democráticas a universalização do ensino básico para toda a população.

Para Gaudêcio Frigotto (1997: 147), se o objetivo for essa melhoria da qualidade do ensino brasileiro, precisa-se acabar com a subserviência das diretrizes e da política educacional aos interesses do Banco Mundial que reduz o problema da aprendizagem exclusivamente à condensação de conhecimentos modernos tecnológicos como tele-educação, parabólicas, multimídia e outros. Que são importantíssimos enquanto meios de auxílio aos sistemas clássicos de escolas, com professores qualificados, bem remunerados e com condições adequadas para ser a ponte entre os sujeitos e o conhecimento científico, no intuito de socializá-lo e ampliá-lo.

Na efetivação dessa realidade será necessário romper com esse sistema econômico, político, ideológico e social de desigualdades e injustiça que vem perpetuando-se, romper com uma cultura profundamente excludente, escravocrata e elitista, para efetivar-se um sistema político, ético efetivamente democrático onde seja assegurado não só os direitos civis, mas principalmente os direitos sociais. Não se pode construir uma escola democrática e um ambiente de aprendizagem de qualidade se a sociedade na qual esta inserido não possuir as mesmas condições objetivas.

Esses escravocratas hoje representados pelos neoliberais coordenados pelo FMI, Banco Mundial e representados no caso do Brasil pela elite política, econômica do país, tentaram sempre agarrar-se a condição de atraso na qual nos encontramos, pois essa é a forma de continuarem possuindo as mesmas pompas que possuem. Para mudar essa situação será necessário semear o objetivo da igualdade em todas as terras que encontrarmos seja ela produtiva ou não, sempre na esperança que a chuva possa dar alguma fertilidade aquele solo que até outrora parecia não poder ser semeado. Nesse intuito é preciso juntar forças com empresários, intelectuais, políticos para serem não apenas coetâneos do discurso sobre democracia, igualdade e a escola de qualidade, é preciso ser coetâneo históricos.

CONCLUSÃO

*“Peço licença para terminar
soletrando a canção de rebeldia
que existe nos fonemas da alegria:
canção de amor geral que eu vi crescer
nos olhos do homem que aprendeu a ler”.*
(canção para os fonemas da alegria)
(Thiago Mello)⁸

A educação é um processo de troca de conhecimento entre educador-educando e educando-educador, é um instrumento de democratização do conhecimento caso seja universalizada uma escola pública com escolaridade básica, gratuita, de qualidade para todos e com intuito de proporcionar igualdade de oportunidades para todos.

A comercialização das informações parece ser o ponto sensível desse processo de transformação da educação em mais uma mercadoria exposta nas prateleiras aos

consumidores. Se essa mercadoria a ser oferecida não é acessada igualmente por todos, significa que nem todos irão possuir informações que possuam valores a serem comercializáveis.

A partir do momento que as oportunidades de acesso às informações não são iguais devido a vários fatores como por exemplo a educação a distância, supletivos, tele-educação, falta de professores, salas multiseriadas, professores sem qualificação. Essa desigualdade de oportunidades coloca a educação como sendo mais um instrumento de discriminação social, e logo, um fator de marginalização.

Ao pensarmos essa realidade do sistema educacional brasileiro dentro desse projeto neoliberal as vezes não nos damos conta da existência de uma série de disparidades internas principalmente quando nos referirmos à educação rural. Enquanto intelectuais discutem a democratização da educação e o seu caráter discriminatório ou não, adultos, homens simples, vêem a alegria brotar nos olhos do homem que aprendeu a ler.

Apesar de todos os problemas que o sistema educacional vem sofrendo, e das várias dúvidas que permeiam sobre o caminho a se seguir dentro do sistema neoliberal. Ao tentar refletir sobre essas deficiências e dificuldades enfrentadas, sinto-me como um semeador plantando uma semente com o objetivo de que essa árvore possa produzir frutos, e dessas sementes para serem plantadas por outrem.

Pois: *Repetimos que o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações*¹⁹.

Notas de fim de texto

¹ Mini dicionário Luft. 4ª ed. São Paulo: Ática & Scipione.

² SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 29 ed. Campinas- SP: Autores Associados, 1995.

³ Ibid, p. 15

⁴ FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação, empregabilidade e mundo do trabalho: a escola como ambiente de aprendizagem**. In: CASALI, Alípio Italo. (org) . *Empregabilidade e educação: novos caminhos ao mundo do trabalho*. São Paulo: REDUC/rivalha, 1997.p. 139-150.

⁵ Ibid .p. 144.

⁶ NOGUEIRA, Luciano. **Batinha quando nasce**. Artigo não publicado. São Paulo: [Luciano Nogueira], 1998.

⁷ JORGE, J. Simões. **A ideologia de Paulo Freire**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1981. p.19.

⁸ BRANDÃO Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. 11ª ed.São Paulo: Brasiliense, 1986. p.109.

⁹ FREIRE, Paulo. **Extensão e comunicação?**. Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio Jacques Chonchol. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.